

RESENHA | *REVIEW*

**ANA LÚCIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA.  
ENTRE “BRICOLAGENS” E NARRATIVAS: POSSIBILIDADES  
PARA UM “FAZER” HISTORIOGRÁFICO**

Eliane Araujo Silva<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Doutoranda em História Regional, área Patrimônio e Memória no Programa de pós-graduação em História Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco - elianearaujo80@yahoo.com.br

A obra *Entre “Bricolagens” e Narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico*, trata-se de uma coletânea de textos organizados por Ana Lúcia do Nascimento Oliveira<sup>1</sup>, trazendo uma diversidade de diálogos em que a categoria “Patrimônio Cultural” é apresentada sob várias perspectivas. Os autores ou *caminhantes* como os identifica a organizadora, são historiadores que tiveram na trajetória acadêmica sua orientação, e que ao receberem essa denominação, nos dá pistas de como ocorreu a construção do olhar desses caminhantes, diálogos múltiplos e diversos que juntos buscam compreender e construir o conhecimento.

O livro se divide em três eixos temáticos: *Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História; Patrimônio cultural, Cultura popular e Memória, e Patrimônio Cultural e História Colonial*. Na apresentação da obra percebemos a intenção da proposta inspirada no termo “bricolage”, que traduzido do francês indica, trabalho manual e/ou artesanal e que também é forma de fazer com materiais diferentes – o que dá o tom da diversidade, imaginação e criatividade – propostas nas narrativas presentes.

No primeiro eixo - *Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História* – os três primeiros capítulos trazem debates sobre as ações educativas nos museus, apontando como categoria central o patrimônio cultural. Neste sentido, os autores discutem formas de educação patrimonial com narrativas que buscam a visibilidade de grupos silenciados durante um grande período na historiografia – tais como negros e indígenas, que por diferentes formas e momentos, foram explorados, escravizados, violentados e marginalizados. O (re)conhecimento desses sujeitos históricos, que por muito tempo foram (re)tratados as margens das narrativas historiográficas oficiais como meros figurantes ou quiça coadjuvantes, permite o “fazer” historiográfico como forma de resistência ao que foi “imposto” e exercido nesses lugares de memória e nos discursos hegemônicos.

Ainda nestes capítulos, é questionado o papel dos museus no desenvolvimento e legitimação de histórias contadas sob a perspectiva eurocêntrica. O museu é composto por um conjunto simbólico que contribui para legitimação de narrativas, no entanto, a partir de qual olhar são apresentados esses elementos? Quem são os sujeitos históricos que ajudam a compor os retratos e as narrativas que perpassam nossos imaginários e cotidianos? Essas interrogações são discutidas em um cenário proposto pelos autores, no sentido da inversão de protagonismos como forma de visibilizar a história dos excluídos.

Do ponto de vista de Angélica Pignata de Moraes, em seu texto, “A importância de ações educativas para a preservação do patrimônio arqueológico: projeto ‘Expondo Cultura’”, que apresenta o projeto coordenado pelas historiadoras e arqueólogas Ana Lúcia do Nascimento

---

1 Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto – PT (FLUP), Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente atua como docente nos programas de pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco.

#### COMO CITAR ESTE TRABALHO

SILVA, Eliane Araujo. RESENHA: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira. *Entre “Bricolagens” e Narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico*. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.38, p. 268-272, Jul-Dez. 2022.

Oliveira e Suely Cristina Albuquerque Luna, observando a portaria 137/2016 publicada pelo IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Art. 2º. Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

A ideia de um museu itinerante como o do citado projeto, atende a proposta do diálogo através da educação patrimonial nas comunidades locais, onde ocorrem os estudos arqueológicos, e também em outras que não têm acesso próximo a equipamentos culturais, como os museus. Neste sentido, os materiais apresentados nas exposições itinerantes do “Expondo Cultura”, contando com o cruzamento de outras fontes, trazem histórias e modos de vidas dos escravizados e indígenas. Portanto, nessa leitura observa-se que o museu pode ser visto não como um objeto imóvel, mas dinâmico e interativo a partir das mediações realizadas.

Nos quatro capítulos seguintes o debate se inscreve sobre a relação da educação patrimonial e o ensino de História, em que os autores mergulham suas pesquisas em livros didáticos, mostrando as performances desses materiais em relação as ausências e presenças dessa temática. Neste conjunto de textos, percebemos propostas que colaboram com o preenchimento das lacunas deixadas, no sentido de muitas vezes não só complementar o que está presente, mas também inserir novas abordagens e questionamentos, não contemplados nesses materiais pedagógicos. Os debates estão acentuados principalmente no pensar e analisar os conteúdos e as formas de produção desses, compreendendo a relação do mercado editorial e as suas performances e ainda, as influências desses grupos nessas construções.

O conceito de *pré-história* é uma das categorias analisadas, partindo do pressuposto de que o marco inicial da História é a “escrita”, Luiz Adriano Aragão (2021,p.78), atenta *que os conceitos que os livros trazem expressos em suas páginas, ora faz menção ao conceito construído no século XIX, ora prestigia a utilização do conceito atrelado a uma periodização tradicional. A provocação está no questionamento do autor: havia história ou não na pré-história? Com os avanços da arqueologia, Compreendeu-se que as fontes materiais – não escritas – podiam trazer novas narrativas sobre os modos de vida de grupos humanos. Portanto, o autor deixa algumas questões para refletirmos, se podemos encontrar a história na pré história, os argumentos de continuidade desse termo, como apresentado nos livros didáticos, ora seja para definir uma periodização histórica ou de reafirmar a não existência de história sem a escrita, perpassa na compreensão da escola positivista europeia. Tendo em vista que há outros grupos humanos que constroem sua história a partir de outras centralidades, como por exemplo, na transmissão de conhecimentos e tradições através da oralidade.*

No segundo eixo, os textos abordam o patrimônio cultural e suas conexões com a cultura popular e a memória. As discussões se processam desde as relações memória e cidades às

manifestações das culturas populares, como por exemplo a capoeira.

Composto por onze capítulos, as discussões perpassam pelas dificuldades do “fazer” historiográfico do historiador, em obter documentos na ausência de arquivo público, até a leitura da herança arquitetônica que tanto marcam a presença dos colonizadores, inclusive religiosa na cidade de Recife. Compreendendo como suas transformações ao longo do tempo, trouxe consequências ao cotidiano e a memória das pessoas que por esses caminhos transitam. Mas também, principalmente as modificações e remoção de templos religiosos católicos, que nos atentam a busca do símbolo histórico de projeto de modernização da cidade inspirada no modelo europeu. No primeiro caso, é interessante atentarmos para esse trabalho árduo do historiador na coleta e no exame de documentos, principalmente em cidades que não possuem espaços apropriados que atendam a essa demanda. Neste sentido, observa-se outras questões que estão para além da ausência desses “locais apropriados”, como por exemplo, a preservação ou apagamento das memórias de acordo com os interesses locais.

Ainda neste eixo, a temática das culturas populares é suscitada, numa relação interseccional com o patrimônio cultural e a memória, em uma abordagem que apresenta essas manifestações como movimentos de resistências, dos sujeitos históricos invisibilizados e ainda, suas formas de negociações.

A capoeira é abordada a partir do levantamento historiográfico nas fontes literárias que têm como recorte temporal os séculos XIX e XX, Carlos Bittencourt Leite Marques (2021) identifica as diversas leituras realizadas por intelectuais no período sobre o tema. Embora o preconceito fosse latente nas narrativas, em que a capoeira era sinônimo de *arruaça*, *bagunça*, etc., o autor traz outras leituras e perspectivas de intelectuais do período, a partir da categoria representação.

O último eixo temático, Patrimônio cultural e História Colonial, concluem a obra com seis capítulos. Estão presentes nos conteúdos construídos, narrativas que trazem leituras que abordam a arqueologia, no sentido de (des)construir as dicotomias entre cultura material e imaterial. Dessa forma, compreende-se a relação dos vestígios arqueológicos e as memórias e histórias presentes a partir da sua análise no tempo e espaço, e ainda no cruzamento de outras fontes históricas como documentações escritas, iconográficas, entre outras.

Entre os textos apresentados resultantes de pesquisas arqueológicas, “O episódio dos Males e às práticas da intervenção pública na cidade do Recife em 1685” de João Carlos Bengerer Correia explana sobre o “surto dos males”, que assolou a cidade no final do século XVII. Nas suas narrativas, o autor indica que o combate a esse surto, resultou nos primeiros movimentos de profilaxia urbana no período do Brasil Colonial, a partir das políticas públicas criadas nesse período. Entre as fontes históricas investigadas, estão os vestígios arqueológicos coletados no sítio arqueológico do Pilar, em Recife.

O livro organizado pela historiadora Ana Nascimento dentro da diversidade apresentada sob vários olhares e leituras, contribui na formação de narrativas que abarcam rupturas que (des)constróem as que legitimam o silenciamento e a invisibilidade de sujeitos históricos no

“fazer” historiográfico. Pensando na ideia das “bricolagens”, o tecer dos textos foram em uma perspectiva interdisciplinar, o que imprime aos leitores reflexões sobre a importância desses entreolhares que valorizam mais as pesquisas e narrativas historiográficas.

Recebido em: 28/07/2021  
Aprovado em: 15/12/2021  
Publicado em: 12/12/2022